

CRDA
CENTRO DE REFERÊNCIA EM DISTÚRBIOS DE
APRENDIZAGEM
MÓDULO - VII

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS DISLÉXICOS

**TCC de Distúrbios de aprendizagem
Rosemary Helena Chagas Solitto**

São Paulo

2008

CRDA
CENTRO DE REFERÊNCIA EM DISTÚRBIOS DE
APRENDIZAGEM
MÓDULO - VII

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS DISLÉXICOS

TCC de Distúrbios de aprendizagem

Rosemary Helena Chagas Solitto

Trabalho Científico de Conclusão de Curso

Sob Orientação do Psicólogo

Prof^º - Dr^º Elizeu Coutinho de Macedo

São Paulo

2008

Dedico este trabalho
ao meu Esposo e meus Filhos
pelo apoio e incentivo nesta
caminhada

Agradeço ao meu orientador e prof^o Dr. Elizeu pela sua dedicação e ensinamentos transmitidos em seu módulo ministrado.

Aos meus filhos e amigas que participaram direto ou indiretamente para a conclusão deste trabalho.

Sumário

Sumário	5
Resumo.....	6
Abstract	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Justificativa.....	7
1.2. Objetivos do Estudo.....	8
1.3. Objetivos Específicos	8
2. AVALIAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA.....	8
2.1. Avaliação diagnóstica e inclusão da democratização escolar.....	9
2.2. A avaliação da aprendizagem, um caráter mais formativo do que avaliador.....	11
2.3. Democratização do ensino e avaliação do aluno	12
2.4. Avaliação do rendimento	15
3. APRENDIZAGEM E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	16
3.1. O que são realmente as dificuldades de aprendizagem?.....	19
3.2. Elementos de definição mais relevantes	19
3.3. Observação em alunos com dificuldades de aprendizagem.....	20
3.4. A atenção do professor deve ser redobrada	20
3.5. Quando surgem as dificuldades de aprendizagem	23
4. MUDANÇAS DE ESTRATÉGIAS	24
4.1. Importância da prática do professor em sala de aula.	24
4.2. Momento da ação psicopedagógica	25
5. DEFINIÇÃO DA DISLEXIA	28
5.1. Dislexia é uma das mais comuns deficiências de aprendizado.....	28
6. CAUSAS DA DISLEXIA	29
6.1. A dislexia não é uma doença	29
7. ETIOLOGIA.....	30
7.1. O disléxico não tem comprometimento intelectual.	30
7.2. Criança disléxica não tem perda auditiva.	30
8. SINAIS ENCONTRADOS EM DISLÉXICOS	31
8.1. Dificuldades encontradas em crianças disléxicas	31
9. TIPOS DE DISLEXIA	33
9.1. Dislexia acústica	33
9.2. Dislexia visual.....	33
9.3. Dislexia motriz.....	33
10. ALFABETIZAÇÃO DO DISLÉXICO	34
10.1. Estratégias que ajudam	34
11. ORIENTAÇÃO AOS PAIS	36
12. FUNCIONAMENTO DO CÉREBRO DE UM DISLÉXICO	37
13. AVALIAÇÃO ESSENCIAL PARA UM TRATAMENTO ADEQUADO	37
13.1. Sinais de alerta.....	38
13.2. A partir do 1º ano	38
13.3. Cada criança requer uma estratégia diferente.....	39
13.4. Auto-estima elevada ajuda no tratamento	39
13.5. Diagnóstico preciso	40
13.6. QI acima da média.....	41
13.7. Como facilitar o dia-a-dia do disléxico	42
14. AVALIAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA PARA ALUNOS DISLÉXICOS	42
15. APRESENTAÇÃO DE UM CASO CLÍNICO.....	45
16. CONCLUSÃO	46
17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	48

RESUMO

Esta é uma pesquisa referente a avaliação escolar dando prioridade à avaliação de alunos que apresentam dificuldades em aprendizagem por serem portadores de Dislexia. Nela constam as características, causas, diagnóstico, tratamento e orientações sobre como trabalhar e avaliar crianças disléxicas.

A pesquisa é estruturada por partes que se completam entre si, envolvendo a relação professor-aluno voltado para a importância do autoconhecimento e do conhecimento do outro, visando amenizar os conflitos que possam ser gerados nas avaliações e suas interferências no processo de ensino-aprendizagem.

Trata-se de um instrumento de reflexão para o professor referente à sua prática pedagógica.

Palavras-chave: avaliação, dislexia, dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This is a research investigates the pertaining to school evaluation giving priority to the evaluation of pupils who present difficulties in learning for being carrying of Dyslexia. In it the characteristics consist, causes, diagnosis, treatment and orientation on as to work and to evaluate dyslexia's children's. The research is structured by parts that if they complete between it self, involving the relation professor-pupil directed toward the importance of the self-conscious and others conscious, in order to eliminate the conflicts that can be caused between teacher-student can be generated in the evaluations and its interferences in the teaching-learning process.

It is a tool to the teacher reflects on her/his pedagogical action.

Keywords: evaluation, dyslexia, difficulties in the education process learning.

1. INTRODUÇÃO

O termo avaliar provém etimologicamente de dois outros termos latinos: prefixo *a* e verbo *valere* que significa “dar preço a”, “dar valor a”; em síntese, atribuir “qualidade a”. Com isso compreende-se que toda avaliação é qualitativa: levado a sério o conceito não existe avaliação quantitativa (LUCKESI 2002 p. 86).

Os objetivos educacionais são essencialmente mudanças em seres humanos em outras palavras, como os objetivos visados consistem em produzir certas modificações desejáveis nos padrões de comportamento do estudante.

“A avaliação é o processo mediante o qual se determina o grau em que essas mudanças de comportamento estão realmente ocorrendo”. (TYLER 1974, apud HAYDT, 2003.p, 11).

Com essa definição Tyler enfatiza o caráter funcional da avaliação, pois ela se processa em função dos objetivos previstos.

Segundo Bloom, Hastings e Madaus, (apud HAYDT, 2003. p. 13) “A avaliação é um método, um instrumento; portanto, ela não tem um fim em si mesma, mas é sempre um meio, um recurso, e como tal deve ser usada”.

O que mais chama a atenção nessa abordagem é que os autores dão uma ênfase especial à avaliação como forma de controle de qualidade, isto é, como um meio para aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem.

1.1. Justificativa

Trabalha-se a questão da avaliação do aluno relacionada à questão da democratização do ensino, perguntando se a prática avaliativa de aprendizado escolar tem sido a favor da democratização do ensino.

Esta pesquisa não pretende trazer uma fórmula ou receita de modo de avaliação adequada para que seja democrática, porém leva à reflexão de nossa prática avaliativa como docentes e até que ponto a mesma tem sido democrática; já que a exclusão “maior” começa, no mercado de trabalho que é a avaliação prática na vida de nossos alunos.

A partir do momento que o cidadão precisa fazer uso da língua portuguesa na sua prática diária, esta prática pode ficar seriamente comprometida se não houver um pré-requisito básico suficiente para que o mesmo possa ser inserido no mercado de trabalho.

O problema se instala na questão da avaliação democrática; indaga-se: Até que ponto a avaliação tem sido democrática na língua portuguesa, a fim de abranger as dificuldades de cada aluno e suas diferenças de aprendizagem?

1.2. Objetivos do Estudo

O objetivo geral consiste em relacionar elementos avaliativos a formas democráticas do ensino considerando os alunos portadores de Dislexia.

1.3. Objetivos Específicos

Identificar aspectos de democratização na prática avaliativa.

Evidenciar as formas de avaliação democráticas.

Práticas facilitadoras para a aprendizagem dos alunos disléxicos

Avaliação dos alunos disléxicos

2. AVALIAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Vários autores têm se debruçado na análise crítica e contundente do papel que desempenha a avaliação quanto à manutenção de um determinado modelo de sociedade.

Deste ponto de vista, a avaliação escolar serve como instrumento de controle social e proporciona a reprodução dos valores da sociedade dominante dos alunos aos limites que a vida social anuncia. A avaliação irá selecionar o bom aluno do mau aluno.

Avaliar para quê nesta perspectiva? Para hierarquizar, excluir, selecionar, classificar, verificar, rotular e alienar.

Estas palavras estão impregnadas de significados macerados pelos valores do contexto em que a prática pedagógica acontece pelas visões de mundo de uma determinada classe social e pelos contextos de vida dos sujeitos que a produzem.

Este julgamento de valor tem função de classificar um ser humano histórico num padrão superior, inferior ou médio onde se reproduz um modelo de classificação social.

“Classificações que são registradas e podem ser transformadas em números, e, por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas, em médias” (Luckesi, 1984.p.64)

Considerando que a escola tem sido vista onde se forma um tipo de aluno segundo certos padrões de comportamento, caráter e integração social, as práticas avaliativas que estão sendo realizadas em algumas escolas são momentos de discriminação da classe popular no sistema de ensino, a igualdade de oportunidades passa a ser ilusão. Segundo Enguita (1989 p.109), passa a ser um espaço social que antecipa as relações sociais da sociedade.

No cotidiano da escola, o para quê avaliar, considerando esta abordagem, significa distinguir os bons dos maus alunos, "respeitando as diferenças individuais", capacitar os alunos para que os mesmo sejam capazes de fazer concursos seletivos, quantificar quantos tem condições de aprender etc. A escola contribui para a redução do número de competidores no mercado de trabalho.

“A acompanhante não pode acompanhar as aulas. Ela vai aprender o mesmo que eu, que prestei concurso para o Pedro II. Na hora do vestibular, poderá ficar com a minha vaga”. (Fala de uma aluna a respeito da presença de uma acompanhante para outra aluna da classe, portadora de nanismo metatrófico). (O GLOBO, 11.06.1996)

2.1. Avaliação diagnóstica e inclusão da democratização escolar

Sabemos que esta exclusão não foi inaugurada pelo sistema escolar, mas é urgente refletirmos sobre o papel que a escola e seu processo avaliativo têm desempenhado no sentido de conferir aos alunos o direito à cidadania. Afinal, o mundo (do trabalho, da cultura, das diferentes formas de comunicação) exige cada vez mais a compreensão e o domínio de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, além da formação de valores éticos renovados, para que todos possam compartilhar de uma vida plena.

São estas as exigências do mundo atual às quais a escola é chamada a responder e é em relação a estas mesmas exigências que ela terá (ou não) a sua existência mais valorizada. Repensar o papel da escola de imagem diante da comunidade.

“Esta escola, este lugar insubstituível na sociedade democrática, tem função relevante: colocar os seus alunos nas melhores condições para interagir com este mundo cheio de contradições e desafios”. (LUCKESI 1984 p.67).

Avaliar para reproduzir o espírito competitivo existente na sociedade também pode significar a perda de valores importantíssimos para a convivência humana e para a formação do conceito de cidadania. As relações afetivas e a solidariedade se deterioraram neste modelo. Claro que é preciso que as crianças vão às escolas e aprendam a lidar com as panelas e os fogos, que aprendam matemática, física, química, biologia, e tudo o mais. É preciso que se tornem hábeis no manuseio dos objetos úteis. A técnica, as ciências, e a matemática são livros de receita na cozinha da vida. Eles nos fornecem os meios para viver. Mas basta olhar para estas coisas para perceber que elas existem para outra coisa, da mesma forma que as panelas e o fogo existem para da comida. Saber e poder justificam a alegria de viver, tendo como principal objetivo do saber o aumento das possibilidades de sentir o verdadeiro sabor das coisas.

A Avaliação no currículo Multieducação significa desenvolvimento máximo possível um permanente vir e ser, sem limites pré-estabelecidos, embora com objetivos claramente delineados. Sua finalidade é fazer com que os alunos aprendam mais e melhor, com o compromisso de construir uma sociedade mais justa, humana e fraterna.

Voltada para Transformação, a avaliação em Multieducação é muito mais que do que a expressão de determinados conceitos para os alunos, ela expressa, a postura do educador comprometido com a construção de conhecimentos e valores numa escola democrática.

Assim, uma escola comprometida com um novo tipo de sociedade democrática, solidária, participativa, fundada em valores que possibilitem o exercício da cidadania, reconhecendo a singularidade das pessoas e a sua própria precisa considerar que a avaliação é apenas um meio para diagnosticar as necessidades, as dificuldades e os

desvios da caminhada escolar, de forma a redefinir as ações pedagógicas para o êxito da construção do saberes pelos alunos.

A avaliação tem de adequar-se à natureza da aprendizagem, levando em conta não só os resultados das tarefas realizadas, o produto, mas também o que ocorreu no caminho do processo.

Avaliação é orientadora do processo de compreensão por parte do professor em relação aos processos que os alunos usam para aprender a reter o que eles lhes ensinam. O professor que não estiver só preocupado em "detectar" os resultados insuficientes e classificá-los poderá investigar o estágio de desenvolvimento do aluno.

Quando o sentido da avaliação deixa de ser a buscar da resposta certa, cria-se o espaço para que as diversas respostas possíveis sejam confrontadas, gerando novos olhares, percepções e conhecimento.

“A mudança da concepção sobre o para quê avaliar é um verdadeiro desafio a enfrentar. Requer uma nova visão sobre educação e sociedade, e, em decorrência, um novo de caminhar, um novo projeto de escola; uma escola do tamanho do mundo”. (LUCKESI 1984 p.64/67)

2.2.A avaliação da aprendizagem, um caráter mais formativo do que avaliador.

Para Gil (1994 p.98) Avaliar alunos pode ser para o professor, constrangedor. Para muitos professores a avaliação constitui também, um procedimento bastante crítico, o que os leva a duvidar dela e aplicá-las apenas por ser exigência da escola e das autoridades educacionais.

“De fato, a avaliação apresenta muitos aspectos críticos. As provas e os exames que constituem os procedimentos mais adotados para a avaliação de alunos vêm sendo objetos de sérias acusações; provocam situações de ansiedade e de stress; conduzem a injustiças, em virtude da liberdade quase total concedida aos professores; reduzem-se geralmente ao controle da retenção de conhecimentos, deixando de lado aspectos importantes da inteligência e da personalidade; apresentam-se, com freqüência, desvinculadas dos objetivos do curso; são realizados com alto grau de subjetividade; são muito influenciados pelos estereótipos e pelo efeito de halo; consomem demasiado tempo e energia dos professores e dos alunos; enfatizam mais a forma do que o conteúdo; desestimulam a expressão dos juízos pessoais do aluno; incentivam a fraude; favorecem a especulação com a sorte; exaltam o desempenho individual em detrimento do trabalho de grupo; valorizam demasiadamente o espírito de

competição; fazem com que o professor ensine em função das provas e dificultam aos alunos avançar segundo o seu próprio ritmo". (GIL, 1994, p.99)

Todas estas objeções são, pelo menos em parte, verdadeiras. Não se pode negar que os exames tenham sido utilizados de forma tão abusiva a ponto de viciar a ação educativa da escola. Não são raros os casos de alunos cuja carreira foi seriamente prejudicada por exames.

"Uma análise atenta e crítica dos exames podem mesmo identificá-los como privilegiados instrumentos do imobilismo social" (BOURDIEU, PASSERON, 1976, P.153 apud GIL, 1994 p. 99)

Ainda para Gil, a avaliação ao longo dos últimos séculos vinculou-se quase exclusivamente à função seletiva da escola. Grande parte dos esforços dos professores foi dedicada para determinar quais os alunos que seriam eliminados em cada uma das etapas do processo educacional. Assim, "as instituições educacionais passaram a dirigir sua atenção primordial ao aluno raro, o que teve como efeito a eliminação da maioria das crianças provenientes de classes operárias e a oferta de vantagens especiais dos filhos de profissionais liberais" (BLOOM ET AL., 1983, p.5 apud GIL, 1994, p.99)

2.3. Democratização do ensino e avaliação do aluno

O processo de avaliação consiste essencialmente em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino, porém concluir que os exames e as provas possam ser eliminados soa como algo utópico. O processo da avaliação encontra-se intimamente relacionado com o processo de aprendizagem. Não se pode pensar em educação por objetivos sem considerar algum tipo de avaliação.

O fato de os exames terem sido tradicionalmente mal utilizados nas escolas não significa que sejam destituídos de valor. Em favor deles pode-se dizer que embora a medida rigorosa seja talvez impossível, é possível a obtenção de resultados bastante satisfatórios do ponto de vista estatístico; os exames são úteis para que os alunos possam situar-se em relação à matéria e aos outros alunos; os exames constituem uma forma de controle do trabalho dos professores; os exames

representam uma forma privilegiada de fornecimento de *feedback* para o professor e para o aluno.

Essa concepção de avaliação está ultrapassada, não apenas por razões de ordem humanística, mas também em decorrência de fatores sócio-econômicos; os países, à medida que se desenvolvem, passam a necessitar de maior percentual de pessoas com formação universitária. Neste contexto, a principal função da escola passa a ser a de promover o desenvolvimento do indivíduo, fornecendo aos alunos os conhecimentos e as habilidades necessárias para viver de forma eficiente numa sociedade complexa. Assim a avaliação deixa de ser um instrumento de seleção e de fiscalização, externo ao processo de aprendizagem, mas como um método de coleta e análise dos dados necessários à melhoria da aprendizagem dos alunos.

Uma reflexão sobre o assunto nos leva a acreditar na avaliação contínua e objetiva, como fundamentação desta teoria. Contínua, porque cria um *feedback* que lhes possibilita identificar o que lhes falta aprender para alcançar os objetivos do curso, dessa forma a avaliação passa a ter um caráter mais formativo que avaliador. Objetiva para considerar o desempenho do aluno em relação ao que foi planejado, para tanto deverá ser elaborada a partir de dados objetivos, coletados a partir de instrumentos adequados. Embora se possa alegar que uma medida rigorosa e objetiva do comportamento humano seja praticamente impossível, os professores podem hoje dispor de instrumentos de avaliação cujos resultados apresentam razoável nível de aproximação à realidade.

Luckesi (2003 p.106) desenvolveu três tópicos para reflexão à avaliação democrática: a democratização do ensino e a avaliação do aluno; a atual prática da avaliação e a democratização do ensino; proposição de um encaminhamento – a avaliação diagnóstica.

“A democratização do ensino implica, em primeiro lugar, democratização do acesso à educação escolar”. (Luckesi-2003 p.107)

O que o autor quis dizer com isso?

A sociedade moderna exige a escolarização de todos os cidadãos, todo cidadão para usufruir da modernidade necessita de escolarização e usufruir dos bens da modernidade exige detenção de algum entendimento elaborado, por exemplo, circular dentro da cidade, tomar uma condução, usar um cartão bancário,

pagar contar, consumir, comprar remédios ler e entender bulas, se o indivíduo não souber ler e interpretar o que lê como poderá utilizar os bens comuns oferecidos pela modernidade?

Citaremos agora, atos mais complexos, tais como participar de bens culturais, vivenciar prazeres da cultura, sentir o prazer do conteúdo de um romance, um poema, uma peça teatral, sem a capacidade de ler e entender não é possível vivenciar esses prazeres. Finalmente, vamos à vida econômica e profissional dentro dessa sociedade a qual vivemos. Não há como compreender e desempenhar razoavelmente uma atividade produtiva sem um mínimo de compreensão dos complexos processos de produção dentro dos quais vivemos. Sem esse nível de entendimento, não há nem mesmo como exigir os próprios direitos, pois sem ele, nem mesmo esses direitos chegam a formular-se ao nível da consciência das pessoas.

Não será certamente a escolarização sozinha que possibilitará aos cidadãos esses níveis de clareza e entendimento. Porém ela é um instrumental necessário para se chegar a esse patamar de compreensão e ação.

O mínimo que se poderia pensar da democratização do ensino seria garantir a todos a possibilidade de ingressar no processo de escolarização tendo em vista a aquisição de um instrumento mínimo que fosse para auxiliá-lo na movimentação dentro dos bens que esta sociedade criou como úteis e necessários ao bem-viver.

Acesso universal ao ensino é um elemento essencial da democratização e a porta de entrada para a realização desse desejo de todos nós, que clamamos por uma sociedade emancipada dos mecanismos de opressão.

A dificuldade de acesso ao ensino é um fator que atua contra a sua democratização.

Em segundo lugar, o que define essa democratização é a permanência do aluno na escola e o conseqüente término do curso; já que o aluno tem acesso à escola deve ter a possibilidade de permanecer nela e concluir o curso.

A legislação educacional brasileira abre caminho para um processo antidemocrático no ensino. Os termos constitucionais redefinidos na lei 5.692/71 que rege a educação no país prevêm oito anos de escolaridade como o mínimo necessário para a formação do cidadão. Porém essa própria lei cria brechas para a redução desse tempo para quatro anos, ou menos, de escolaridade, a depender das condições locais. As estatísticas educacionais são as mais aterradoras e

demonstram que nem no que se refere à permanência nem ao tempo há democratização do ensino.

O terceiro fator que entendemos interferir no processo de democratização do ensino está ligado à questão da qualidade do ensino, o que significa estar relacionado à questão da transmissão e da apropriação ativa dos conteúdos escolares.

Para ser democrática, a escola deve possibilitar aos educandos que nela tiverem acesso, uma apropriação ativa dos conteúdos escolares.

Os três fatores até aqui citados, que definem democratização do ensino, podem estar ou não relacionados com a tese de que a avaliação escolar, hoje, manifesta-se como uma prática social antidemocrática.

Ainda que permanência e tempo estejam profundamente articulados com a política educacional do país, verificamos o comprometimento do processo de avaliação com a questão da democratização do ensino. Permanência e tempo dão-se na intimidade da escola, portanto a avaliação da aprendizagem possui um papel importante.

Uma avaliação escolar conduzida de forma inadequada pode possibilitar a repetência e esta tem conseqüência na evasão. Por isso, uma avaliação escolar realizada com desvios pode estar contribuindo significativamente para um processo que inviabiliza a democratização do ensino.

A atual prática da avaliação escolar tem estado contra a democratização do ensino, na medida em que ela não tem colaborado para a permanência do aluno na escola e sua promoção qualitativa.

2.4. Avaliação do rendimento

Para Haydt (2003 p.11/13), "A avaliação do rendimento do aluno, isto é, do processo ensino-aprendizagem, tem sido uma preocupação constante dos professores". Por quê?

Em primeiro lugar, porque faz parte do trabalho docente verificar e julgar o rendimento dos alunos, avaliando os resultados do ensino. Há pessoas que aprendem mais rapidamente, enquanto outras o fazem de maneira mais lenta. Há, também, aquelas que retêm e aplicam melhor o que lhes é ensinado. Cabe ao

professor reconhecer as diferenças na capacidade de aprender dos alunos, para poder ajudá-los a superar suas dificuldades e avançar na aprendizagem.

Em segundo lugar, porque o progresso alcançado pelos alunos reflete a eficácia do ensino. Ensinar e aprender são dois verbos indissociáveis, duas faces da mesma moeda. Nesse sentido, pode-se dizer que o rendimento do aluno é uma espécie de espelho do trabalho desenvolvido em classe. Ao avaliar os seus alunos, o professor está, também, avaliando seu próprio trabalho. Portanto, a avaliação está sempre presente na sala de aula, fazendo parte da rotina escolar. Daí ser responsabilidade do professor aperfeiçoar suas técnicas de ensino e avaliação.

Quando o professor se depara com aquele aluno que não consegue acompanhar o ritmo da sala de aula, porque não consegue entender, ou que apresenta dificuldades em aprender a ler e escrever e por mais que o professor já tenha tentado várias alternativas e mesmo assim não obteve resultados positivos, o que ele poderá fazer?

É preciso então, que o professor tenha um olhar diferenciado para esse aluno, pois o mesmo não deve ser avaliado do mesmo modo que os demais, que não apresentam dificuldades, pois crianças podem ser semelhantes, mas com certeza não são iguais.

Para que a avaliação seja realmente correta, cabe ao professor, inteirar-se sobre como acontece à aprendizagem e a construção do conhecimento assim como das dificuldades de aprendizagem que seus alunos poderão apresentar.

3. APRENDIZAGEM E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A aprendizagem e a construção do conhecimento são processos naturais e espontâneos do ser humano que desde muito cedo aprende a mamar, falar, andar, pensar, garantindo assim, a sua sobrevivência. Com aproximadamente três anos, as crianças são capazes de construir as primeiras hipóteses e já começam a questionar sobre a existência.

A aprendizagem escolar também é considerada um processo natural, que resulta de uma complexa atividade mental, na qual o pensamento, a percepção, as emoções, a memória, a motricidade e os conhecimentos prévios estão envolvidos e onde a criança deva sentir o prazer em aprender.

O estudo do processo de aprendizagem humana e suas dificuldades são desenvolvidos pela Psicopedagogia, levando-se em consideração as realidades interna e externa, utilizando-se de vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os, procurando compreender de forma global e integrada os processos cognitivos, emocionais, orgânicos, familiares, sociais e pedagógicos que determinam à condição do sujeito e interferem no processo de aprendizagem, possibilitando situações que resgatem a aprendizagem em sua totalidade de maneira prazerosa.

A aprendizagem considerada normal acontece de forma integrada no aluno considerando o seu pensar, falar, sentir e agir.

Atualmente, a política educacional prioriza a educação para todos e a inclusão de alunos que, há pouco tempo, eram excluídos do sistema escolar, por portarem deficiências físicas ou cognitivas; porém, um grande número de alunos (crianças e adolescentes), que ao longo do tempo apresentaram dificuldades de aprendizagem e que estavam fadados ao fracasso escolar pôde freqüentar as escolas e eram rotulados em geral, como alunos difíceis.

Os alunos difíceis que apresentavam dificuldades de aprendizagem, mas que não tinha origens em quadros neurológicos, numa linguagem psicanalítica, não estruturam uma psicose ou neurose grave, que não podiam ser considerados portadores de deficiência mental, oscilavam na conduta e no humor e até dificuldades nos processos simbólicos, que dificultam a organização do pensamento, que conseqüentemente interferem na alfabetização e no aprendizado dos processos lógico-matemáticos, demonstram potencial cognitivo, podendo ser resgatados na sua aprendizagem.

Raramente as dificuldades de aprendizagem têm origens apenas cognitivas. Atribuir ao próprio aluno o seu fracasso, considerando que haja algum comprometimento no seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo, lingüístico ou emocional (conversa muito, é lento, não faz a lição de casa, não tem assimilação, entre outros.), desestruturação familiar, sem considerar, as condições de aprendizagem que a escola oferece a estes alunos e os outros fatores intra-escolares que favorecem a não aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem na escola podem ser consideradas uma das causas que podem conduzir o aluno ao fracasso escolar. Não podemos desconsiderar que o fracasso do aluno também pode ser entendido como um fracasso da escola por não saber lidar com a diversidade dos seus alunos. É preciso

que o professor atente para as diferentes formas de ensinar, pois, há muitas maneiras de aprender. O professor deve ter consciência da importância de criar vínculos com os seus alunos através das atividades cotidianas, construindo e reconstruindo sempre novos vínculos, mais fortes e positivos.

O aluno, ao perceber que apresenta dificuldades em sua aprendizagem, muitas vezes começa a apresentar desinteresse, desatenção, irresponsabilidade, agressividade, etc. A dificuldade acarreta sofrimentos e nenhum aluno apresenta baixo rendimento por vontade própria.

Durante muitos anos os alunos foram penalizados, responsabilizados pelo fracasso, sofriam punições e críticas, mas, com o avanço da ciência, hoje não podemos nos limitar a acreditar, que as dificuldades de aprendizagem, seja uma questão de vontade do aluno ou do professor, é uma questão muito mais complexa, onde vários fatores podem interferir na vida escolar, tais como os problemas de relacionamento professor-aluno, as questões de metodologia de ensino e os conteúdos escolares.

Se a dificuldade fosse apenas originada pelo aluno, por danos orgânicos ou somente da sua inteligência, para solucioná-lo não teríamos a necessidade de acionarmos a família, e se o problema estivesse apenas relacionado ao ambiente familiar, não haveria necessidade de recorreremos ao aluno isoladamente.

A relação professor/aluno torna o aluno capaz ou incapaz, podendo ser positiva no processo de ensino-aprendizagem, devendo ser controlada e dosada pelo profissional da educação, o professor propriamente dito, que é a pessoa-chave dentro deste contexto e que fora preparado para ser a “ponte” entre o aluno e o conhecimento, caso o professor comece a tratá-lo como incapaz, ele não será bem sucedido, não permitirá a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento. Se o professor mostrar-se despreparado para lidar com o problema apresentado, mais chance terá de transferir suas dificuldades para o aluno.

Os primeiros educadores são os pais, com eles aprendem-se as primeiras interações e ao longo do desenvolvimento, aperfeiçoa. Estas relações, já estão constituídas na criança, ao chegar à escola, é que influenciará consideravelmente no poder de produção deste sujeito. É preciso uma dinâmica familiar saudável, uma relação positiva de cooperação, de alegria e motivação.

Torna-se necessário orientar aluno, família e professor, para que juntos, possam buscar orientações para lidar com alunos/filhos, que apresentam

dificuldades e/ou que fogem ao padrão, buscando a intervenção de um profissional especializado.

É preciso conversar, informar e discutir com o seu filho sobre quaisquer observações e comentários emitidos sobre ele.

Cada pessoa é uma. Uma vida é uma história de vida. É preciso saber o aluno que se tem e como ele aprende. Se ele construiu uma coisa, não se pode destruí-la. O psicopedagogo ajuda a promover mudanças, intervindo diante das dificuldades que a escola nos coloca, trabalhando com os equilíbrios/desequilíbrios e resgatando o desejo de aprender

Não há dúvidas que, para “o fazer” cotidiano dos professores, constitui um importante problema abordarem o desafio colocado por um considerável número de alunos que, sem deficiência mental, nem sensorial, nem privação ambiental, não alcançam rendimentos inicialmente esperados em suas aprendizagens.

3.1. O que são realmente as dificuldades de aprendizagem?

A literatura sobre as dificuldades de aprendizagem se caracteriza por um conjunto desestruturado de argumentos contraditórios.

Apesar do conceito de dificuldades de aprendizagem apresentar diversas definições e ainda ser um pouco ambíguo, é necessário que tentemos determinar à que fazemos referência com tal expressão ou etiqueta diagnóstica, de modo que se possa reduzir a confusão com outros termos tais como “necessidades educativas especiais”, “inaptações por déficit socioambiental” etc.

3.2. Elementos de definição mais relevantes

Podemos assinalar como elementos de definição mais relevantes quando: as crianças que apresentam transtornos de aprendizagem têm uma linha desigual em seu desenvolvimento. Seus problemas de aprendizagem não são causados por pobreza ambiental, não são devidos a atraso mental ou transtornos emocionais.

Em síntese, só é procedente falar em dificuldades de aprendizagem quando fazemos referência a alunos que têm um quociente intelectual normal, ou muito próximo da normalidade, ou ainda, superior. Quando seu ambiente sócio familiar é normal não apresentando deficiências sensoriais nem afecções neurológicas

significativas. E principalmente, quando seu rendimento escolar é manifesto e reiteradamente insatisfatório.

3.3. Observação em alunos com dificuldades de aprendizagem

O que podemos observar, de modo geral, em alunos com dificuldades de aprendizagem são problemas mais localizados nos campos da conduta e da aprendizagem, dos seguintes tipos: quando sua atividade motora apresenta hiperatividade ou hipoatividade, ou ainda, dificuldade de coordenação.

Quanto a sua atenção, eles possuem baixo nível de concentração e dispersão.

Na área matemática, encontram problemas em seriações, inversão de números e reiterados erros de cálculo.

Já na área verbal apresentam sérios problemas na codificação e decodificação simbólica, e também possuem disgrafias.

Em suas emoções, eles apresentam desajustes emocionais leves e baixa auto-estima. Apresentam também muitas dificuldades de fixação e memorização.

Quanto à percepção, apresentam reprodução inadequada de formas geométricas, confusão entre figura e fundo e inversão de letras,

Apresentam ainda muitas dificuldades para socializar-se, pois há inibição participativa, pouca habilidade social e certa agressividade.

3.4. A atenção do professor deve ser redobrada

Somos professores e os alunos estão em nossas escolas, em nossas classes. O que fazer?

Assumamos com todos os nossos conhecimentos, com toda nossa dedicação, os princípios da normalização e individualização do ensino, optando pela compreensão ao invés da exclusão. Esta é uma visão que tenta superar a concepção patológica tradicional dos problemas escolares que se apóia em enfoques clínicos centrados nos déficits dos alunos e em tratamentos psicoterapêuticos em anexo aos processos escolares.

Partindo da realidade plenamente constatada que todos os alunos são diferentes, tanto em suas capacidades, quanto em suas motivações, interesses,

ritmos evolutivos, estilos de aprendizagem, situações ambientais, etc., e entendendo que todas as dificuldades de aprendizagem são em si mesmas contextuais e relativas, é necessário colocar o acento no próprio processo de interação ensino/aprendizagem.

Sabemos que este é um processo complexo em que estão incluídas inúmeras variáveis: aluno, professor, concepção e organização curricular, metodologias, estratégias, recursos. Mas, a aprendizagem do aluno não depende somente dele, e sim do grau em que a ajuda do professor esteja ajustada ao nível que o aluno apresenta em cada tarefa de aprendizagem. Se o ajuste entre professor e aprendizagem do aluno for apropriado, o aluno aprenderá e apresentará progressos, qualquer que seja o seu nível.

É óbvia a grande dificuldade que os professores sentem quando se deparam com alunos que se lhes apresenta como com dificuldades de aprendizagem, pois, muitas vezes questionam se estas dificuldades são de ensino ou de aprendizagem. Ambas estão juntas, é difícil dizer qual das duas tem mais peso.

O que acontece quando o docente se esquece que a escola é um universo heterogêneo, tal como a sociedade? Devemos ter em mente que nem todos aprendem da mesma maneira, que cada um aprende a seu ritmo e em seu nível. Precisamos criar novos contextos que se adaptem às individualidades dos alunos, partindo do que cada um sabe de suas potencialidades e não de suas dificuldades. Didática: fator de prevenção.

Variadas pesquisas sobre a eficácia do ensino, têm demonstrado a influência dos professores bem como a maneira de conduzir à ação pedagógica, não apenas sobre a forma de como se transmite a aprendizagem aos alunos, mas também sobre como eles se comportam em sala de aula. O conhecimento dos processos somados ao ato de aprender, bem como a prática didática capaz de facilitá-los pode amenizar uma boa parte dos problemas e dos rótulos que lhes são colocados como “dificuldades de aprendizagem”.

Muitos professores acreditam ser impossível dar mais atenção para alguns alunos, com as classes lotadas e com um programa que tem de ser igual para todos, pois frequentemente são cobrados pelos pais, principalmente os das escolas particulares, portanto, é necessário um estudo mais detalhado para melhor atender às necessidades desses alunos, para que todos recebam a mesma orientação, as mesmas tarefas e os mesmos recursos.

Há três motivos para isto:

- 1) O professor interage seletivamente com os alunos e, por isso, alguns têm mais que outros, a experiência de serem ouvidos ou questionados, felicitados ou repreendidos. Pergunta ele: quanto à comunicação não verbal, como ela poderia ser padronizada?
- 2) Mesmo nessas classes tradicionais, muitas vezes o trabalho é realizado em grupos, e o professor circula como um recurso para atender os alunos.
- 3) A diversidade dos ritmos de trabalho pode levar ao enriquecimento ou ao empobrecimento das tarefas. Assim, sempre há aqueles que terminam primeiro e têm tempo para brincar, ler, enquanto outros demoram a terminar e é preciso esperá-los.

Se levarmos em consideração o real currículo como sendo uma série de experiências, devemos ter sempre em mente que dois indivíduos nunca deverão seguir exatamente o mesmo processo educativo, mesmo que eles permaneçam sempre unidos durante muitos anos.

Alunos que reprovam vários anos na mesma série são mais comuns do que se pode imaginar. Essas crianças sentem que a escola não foi feita para eles e se evadem.

Segundo Freire (1999, p.35), “os alunos não se evadem da escola, a escola é que os expulsa”. Quem realmente falhou será o aluno ou a escola? Esses alunos reprovados retornarão no ano seguinte?

Uma criança curiosa que está descobrindo o mundo e suas possibilidades não progrediu nada em um ano, dois ou três. . . Isto nos faz questionar o atual sistema de ensino, pois, parece-nos que busca uma produção em série e com isso apenas evidencia as diferenças sem nada fazer por elas.

É importante considerar que a escola deve valorizar os muitos saberes do aluno, e que seja oportunizado a ele demonstrar suas reais potencialidades. A escola tem valorizado apenas o conhecimento verbal e matemático, deixando de fora tantos conhecimentos importantes para sociedade.

O sentimento de pertença deve ser estimulado, alguém acuado, jamais vai demonstrar as potencialidades que possui. Tornando o ambiente escolar acolhedor, aceitando a criança como ela é, oferecendo meios para que se desenvolva, já é uma garantia de dar certo o trabalho em sala de aula.

É necessário que os profissionais da educação adotem uma postura ética em relação ao aluno, que assim como eles convivem em uma sociedade excludente. Portanto, diversificar as situações de aprendizagem e adaptá-las às especificidades dos alunos, é tentar responder ao problema didático da heterogeneidade das aprendizagens, que muitas vezes é rotulada de dificuldades de aprendizagens.

3.5. Quando surgem as dificuldades de aprendizagem

Geralmente os problemas de dificuldade de aprendizagem ocorrem tanto no início como durante o período escolar, no qual é visto pelo desenvolvimento da criança na escola. Qualquer problema de aprendizagem apresentada pela criança requer um trabalho minucioso do professor junto com a família para analisar as situações, visando descobrir o que realmente está ocasionando a dificuldade impossibilitando que o aluno aprenda.

Atualmente é comum encontrarmos crianças com problemas de aprendizagem, os pais e o educador devem procurar auxílio o mais rápido possível, evitando o fracasso do mesmo.

Entretanto não se deve confundir dificuldade de aprendizagem com problemas de aprendizagem, pois a dificuldade de aprendizagem é caracterizada por uma inteligência normal, por uma adequada acuidade sensorial, quer auditiva, quer visual, por ajustamento emocional e por um perfil motor adequado.

Enquanto problemas de aprendizagem referem-se às situações difíceis enfrentadas pela criança normal e pela criança com um desvio do quadro normal, mas com expectativas de aprendizagem em longo prazo.

Portanto, existem ainda alguns fatores que podem desencadear um problema de aprendizagem, que não são levados em considerações tais como: fatores orgânicos, psicológicos, e ambientais.

A falta de conhecimentos por parte de alguns professores fica um pouco difícil diferenciar um distúrbio de um problema de aprendizagem. O professor ao detectar as dificuldades de aprendizagem deve solicitar encaminhamento dessa criança para um especialista que, ao tratar dessa deficiência orientará como o professor irá trabalhar seus conteúdos.

Antigamente para os professores valia o ensinar. Hoje a ênfase está no aprender. É comum encontrarmos em sala de aula crianças com dificuldade de

aprendizagem. E muitas dessas dificuldades estão relacionadas na prática do professor em sala de aula.

Cada criança tem o processo de desenvolvimento diferente, algumas aprendem com maior facilidade enquanto outras aprendem mais devagar. É nesse momento que é de fundamental importância que o professor analise individualmente cada criança para poder adequar os conteúdos conforme a necessidade de cada um.

4. MUDANÇAS DE ESTRATÉGIAS

As mudanças de estratégias de ensino podem contribuir para que todos aprendam. Em alguns casos, as estratégias de ensino não estão de acordo com a realidade do aluno.

Por que será que às vezes os alunos reagem de maneira diferente diante de diversas atividades desenvolvidas em sala de aula pelo professor?

O tema de uma aula escolhido pode ser importante para o professor, mas quando não desperta a atenção ou o interesse da criança, ela não aprende. Às vezes uma aula ilustrativa, dramatizada que envolve o aluno lhe desperta muito mais e ele aprende.

4.1. Importância da prática do professor em sala de aula.

Esse talvez seja o momento do professor rever a metodologia utilizada para ensinar seu aluno, através de outros métodos ou atividades ele poderá detectar quem realmente está com dificuldade de aprendizagem, evitando os rótulos muitas vezes colocados erroneamente, que prejudicam a criança trazendo-lhe várias conseqüências, como a baixa-estima e até mesmo o abandono escolar.

Muitas coisas são ensinadas e aprendidas inconscientemente, tendo mais probabilidade de permanecer em nossa memória.

Um aluno pode esquecer muito das noções que aprendeu com alguns professores, mas lembra o tipo de pessoas que eram e as atitudes que tinham em relação a ele.

O papel do professor é muito importante. Suas atitudes para com os alunos podem influenciar de maneira decisiva na construção da auto-imagem dos mesmos, ou na sua maneira de ver a si mesmo.

Cabe ao professor estimular o crescimento emocional de seus alunos todos os dias, existem diversas maneiras que podem contribuir nesse processo, a maneira como ensinar, as atitudes, o jeito de relacionar-se com cada aluno, o interesse e o carinho que demonstram até sem querer influenciam no desenvolvimento afetivo e no processo de aprendizagem da criança.

A escola tem hoje um duplo papel na sociedade, pois transmite cultura sendo transformadora de estruturas sociais, seu trabalho é adequar-se às necessidades do aluno, da família e da comunidade.

Podemos dizer que muitas funções que eram das famílias vêm sendo passadas à escola, devido às alterações que ocorrem em nossa sociedade. O trabalho da mulher fora de casa, cada vez mais está deixando a educação de seus filhos à responsabilidade da escola, sobrecarregando de responsabilidade o professor.

4.2. Momento da ação psicopedagógica

Esse é o momento da ação psicopedagógica desempenhar seu papel sobre os problemas de aprendizagem, evitando o fracasso escolar que muitas vezes chegam à evasão escolar. Crianças que não conseguem realizar o que se espera de um planejamento, muitas vezes são identificadas como portadoras de distúrbios de aprendizagem, mas às vezes falta-lhe mecanismos para se expressarem.

Para que a criança se desenvolva, ela precisa de um ambiente afetivamente equilibrado, onde receba amor, carinho, respeito, que lhe permita o direito de expressar os seus pensamentos, opiniões construindo o seu próprio conhecimento sem ficar preso naquilo que o professor planejou.

Não se pode diagnosticar que uma criança tem dificuldade de aprendizagem só porque ele não atingiu os objetivos do professor, é preciso que se faça uma investigação muita cuidadosa procurando saber quais são realmente as causas e fatores que contribuem para esse problema de aprendizagem, para depois fazermos uma intervenção diagnóstica do aluno.

Podemos definir que a aprendizagem é o processo que evolui com a estimulação do ambiente sobre o indivíduo que sofre interferência dos fatores físicos, psicológicos e afetivos.

Assim, propiciar um ambiente favorável à aprendizagem em que seja trabalhada a auto-estima, a confiança, o respeito mútuo, a valorização do aluno sem, contudo esquecermos da importância de um ambiente desafiador, mas que mantenha um nível aceitável de tensões e cobranças, são algumas das situações que devem ser pensadas e avaliadas pelos educadores.

O professor deve ainda ter os meios de construir seu próprio sistema de observação, interpretação e intervenção em função de sua concepção pessoal de ensino, dos objetivos, do contrato didático, do trabalho escolar (Perrenoud 1999).

A teoria de Gardner, sugere múltiplas maneiras de avaliar os alunos e assegura que eles devem ser capazes de mostrar competência em uma determinada habilidade, assunto, área de conteúdo ou domínio utilizando-se de outras formas.

Essa perspectiva de avaliação da aprendizagem do aluno acredita que se os alunos são beneficiados quando aprendem de diversos modos, também se beneficiarão ao demonstrarem seus conhecimentos utilizando várias formas.

A teoria das Inteligências Múltiplas oferece uma estrutura tanto para o ensino em sala de aula quanto para a avaliação. Alguns alunos acham mais fáceis compartilhar o que aprenderam através de gráficos, representações, canções, diários, modelos ou desenhos animados, do que através do lápis e do papel.

A prática avaliativa deve ser capaz de ir além de avaliar a aprendizagem, entender o valor do aluno e propiciar o seu crescimento como indivíduo e como integrante de uma sociedade. E que acima de tudo, seja uma avaliação envolvida com uma prática pedagógica real, inovadora e não excludente.

Vygotsky (1987), na sua Teoria Sócio-Interacionista, fornece subsídios para uma postura pedagógica que discuta a segregação como uma via para a consolidação da deficiência, uma vez que o mundo estreito e fechado, criado na escola especial, não promove as interações necessárias à apropriação de conhecimentos.

Desta forma, fica evidente que os alunos que apresentam deficiências, quando inclusos no processo de escolarização no ensino regular, têm mais

oportunidades de desenvolvimento, devido à ampliação das oportunidades de socialização e interação.

A partir do século XIX, passou-se a dar mais atenção às crianças com problemas de leitura, escrita e conseqüentemente com problemas de compreensão e interpretação, mas que não apresentavam fracassos nas demais disciplinas escolares, nem possuíam quaisquer deficiências que pudessem explicar as dificuldades para ler, escrever e interpretar, pois as mesmas não podem ter a mesma avaliação que as demais.

Existe uma espécie de fantasma que assombra as salas de aula brasileiras. Ela atende pelo nome de **Dislexia** e é co-responsável pelas dificuldades de milhões de crianças, sobretudo nas séries iniciais. Mas será que ela é a causa de tantos problemas de aprendizagem?

É quase consenso que esse distúrbio é um grande obstáculo que impede o pleno desenvolvimento da leitura e da escrita.

Doutores em psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento, afirmam que os distúrbios da aprendizagem servem para justificar o fracasso e a evasão, tirando o foco da baixa qualidade do ensino em muitas escolas deixando aos alunos os únicos responsáveis por essas deficiências.

Grande parte dos estudantes que escrevem as letras invertidas na alfabetização ou cometem erros de ortografia agem assim porque essas ocorrências são normais no processo de aquisição da linguagem escrita. Da mesma forma, o pouco interesse pela leitura e pela escrita pode ser visto como doença – ou reflexo da falta de contato com material impresso e das poucas oportunidades para ler e escrever no dia-a-dia.

Nem todas as crianças que trocam letras são disléxicas. Focar a expressão escrita na oralidade (escrever como se fala), trocar tipos parecidos foneticamente (como F e V), juntar palavras e unir letras de forma aparentemente aleatória são ações absolutamente normais do processo de alfabetização.

As pesquisadoras argentinas Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, descobriram (há quase 30 anos) que os estudantes elaboram diferentes hipóteses sobre o funcionamento do sistema da escrita, como se fossem degraus numa escada rumo à aprendizagem. Investigações na área de didática são unânimes em demonstrar que se alfabetizar está longe de ser uma tarefa simples, num processo complexo em que as idéias dos pequenos nem sempre coincidem com as dos adultos, porém, quando o

aluno demonstra maiores dificuldades na leitura e escrita, é necessário novamente o olhar atento do professor para encaminhamento a um profissional a fim de que seja realizada uma avaliação diagnóstica, pois muitas vezes tais dificuldades poderão ser em virtude de serem portadores de DISLEXIA. E o que vem a ser esse distúrbio tão polêmico?

5. DEFINIÇÃO DA DISLEXIA

Desmembrando a palavra Dislexia, temos: Dis - que significa distúrbio e Lexia que vem do latim significando leitura e do grego que significa linguagem. Portanto, temos a palavra **DISLEXIA** que significa dificuldades na leitura e escrita.

A definição mais usada atualmente é a do Comitê de Abril de 1994, da **International Dyslexia Association - IDA, que diz:**

"Dislexia é um dos muitos distúrbios de aprendizagem. É um distúrbio específico da linguagem, de origem constitucional, caracterizado pela dificuldade de decodificar palavras simples. Mostra uma insuficiência no processo fonológico. Estas dificuldades de decodificar palavras simples não são esperadas em relação a idade. Apesar de submetida a instrução convencional, adequada inteligência, oportunidade sócio-cultural e não possuir distúrbios cognitivos e sensoriais fundamentais, a criança falha no processo de aquisição da linguagem. A dislexia é apresentada em várias formas de dificuldade com as diferentes formas de linguagem, freqüentemente incluídas problemas de leitura, em aquisição e capacidade de escrever e soletrar."

5.1. Dislexia é uma das mais comuns deficiências de aprendizado.

Segundo pesquisas realizadas, 20% de todas as crianças sofrem de dislexia.

Pessoas disléxicas - e que nunca se trataram – lêem com dificuldade, pois é difícil para elas assimilarem palavras. Disléxicos também geralmente soletram muito mal. Isto não quer dizer que crianças disléxicas são menos inteligentes; aliás, muitas delas apresentam um grau de inteligência normal ou até superior ao da maioria da população.

A dislexia persiste apesar da boa escolaridade. É necessário que pais, professores e educadores estejam cientes de que um alto número de crianças sofre de dislexia. Caso contrário, eles confundirão dislexia com preguiça ou má disciplina.

É normal que crianças disléxicas expressem sua frustração por meio de mal – comportamento dentro e fora da sala de aula. Portanto, pais e educadores devem saber identificar os sinais que indicam que uma criança é dislexia – e não preguiçosa, pouco inteligente, ou mal – comportada.

6. CAUSAS DA DISLEXIA

As causas da dislexia são neurobiológicas e genéticas. A dislexia é herdada e, portanto, uma criança disléxica tem algum parente que poderá ser o pai, avô, tio ou primo que também é disléxico.

Diferentemente de outras pessoas que não sofrem de dislexia, disléxicos processam informações em uma área diferente de seu cérebro; não obstante, os cérebros de disléxicos são perfeitamente normais.

A dislexia parece resultar de falhas nas conexões cerebrais. Felizmente, existem tratamentos que buscam estimular a capacidade do cérebro de relacionar letras aos sons que as representam e, posteriormente, ao significado das palavras que se formam.

6.1. A dislexia não é uma doença

A DISLEXIA é um distúrbio de aprendizagem congênito e hereditário que interfere de forma significativa na integração dos símbolos lingüísticos e perceptivos. Acomete mais “o sexo masculino que o feminino, numa proporção de três para um.” Seus sintomas podem ser identificados logo na pré-escola, podendo ainda ser aliviados, contornados, com acompanhamento adequado, direcionado às condições de cada caso.

Não podemos considerar como 'comprometimento' sua origem constitucional (neurológica), mas sim como uma *diferença*, que é mais notada em relação à dominância cerebral.

A criança disléxica apresenta dificuldades de aprendizagem na qual a sua capacidade para ler ou escrever está abaixo de seu nível de inteligência.

A dislexia é uma função, um problema, um transtorno, uma deficiência, um distúrbio. Refere-se a uma dificuldade de aprendizagem relacionada à linguagem.

Estudos têm constatado que DISLEXIA é um transtorno, uma perturbação, uma dificuldade estável, isto é duradoura ou parcial e, portanto, temporária, do processo de leitura que se manifesta na insuficiência para assimilar os símbolos gráficos da linguagem.

A DISLEXIA é caracterizada por dificuldades na leitura, escrita (ortografia e semântica), matemática (geometria, cálculo), atraso na aquisição da linguagem, comprometimento da discriminação visual e auditiva e da memória seqüencial.

7. ETIOLOGIA

A rigor, não há nenhuma segurança em afirmar uma ou outra etiologia para a causa da dislexia, mas há algumas situações que foram descartadas:

7.1. O disléxico não tem comprometimento intelectual.

Segundo a Teoria da Inteligência Emocional, o ser humano possui habilidades cognitivas: inteligência interpessoal, inteligência intrapessoal, inteligência lógica-matemática, inteligência espacial, inteligência corporal-cinestésica, inteligência verbal-linguística e inteligência musical. O disléxico teria sua inteligência mais predisposta à inteligência corporal-cinestésica, musical e espacial.

Quanto ao **emocional**, é preciso avaliar muito bem. Pode haver um comprometimento do emocional como conseqüência das dificuldades da dislexia, mas nunca como causa única.

7.2. Criança disléxica não tem perda auditiva.

Há vários estudos indicando que há uma falha no sistema nervoso central em sua habilidade para organizar os grafemas, isto é, as letras ou decodificar os

fonemas, ou seja, as unidades sonoras distintivas no âmbito da palavra. O impedimento cerebral está relacionado com a capacidade de visualização das palavras. Há também diferenças entre os hemisférios e alteração (displasias e ectopias) do lado direito do cérebro. Isso implica, entre outras coisas, uma dominância da lateralidade invertida ou indefinida, mas também justifica o desenvolvimento maior da intuição, da criatividade, da aptidão para as artes, do raciocínio mais holístico, de serem mais subjetivos e todas as outras qualidades características do hemisfério direito.

Observa-se ainda um inadequado processamento auditivo (*consciência fonológica*) da informação lingüística, com implicações na relação afetiva materno-filial, o que pode entrar a necessidade da linguagem, e mais tarde a aprendizagem da leitura e escrita.

8. SINAIS ENCONTRADOS EM DISLÉXICOS

Desde a pré-escola alguns sinais e sintomas podem oferecer pistas de que a criança é disléxica. Eles não são suficientes para se fechar um diagnóstico, mas vale prestar atenção em nove sintomas essenciais para que a criança possa ser encaminhada para uma análise: 1) apresenta fraco desenvolvimento da atenção; 2) falta de capacidade para brincar com outras crianças; 3) atraso no desenvolvimento da fala e escrita; 4) atraso no desenvolvimento visual; 5) falta de coordenação motora; 6) dificuldade em aprender rimas/canções; 7) falta de interesse em livros impressos; 8) dificuldade em acompanhar histórias; 9) dificuldade com a memória imediata e organização geral.

8.1. Dificuldades encontradas em crianças disléxicas

Dificuldade para ler orações e palavras simples. Uma oração simples como esta "A dislexia é um Dom" pode gerar uma grande dificuldade em uma criança disléxica.

A pronúncia ou a soletração de palavras monossilábicas é uma dificuldade evidente nos disléxicos.

As crianças ou adultos disléxicos invertem as palavras de maneira total ou parcial, por exemplo, "**casa**" é lida "**saca**". Uma coisa é uma brincadeira ou um jogo de palavras, observando a produtividade morfológica ou sintagmática dos léxicos de uma língua, uma outra coisa é, sem intencionalidade, a criança ou adulto trocar a seqüência de grafemas.

Elas invertem as letras ou números, por exemplo: /p/ por /b/; /d/ por /b/; /3/ por /5/ ou /8/, /6/ por /9/, especialmente quando, aparecem na escrita minúscula ou em textos manuscritos escolares. Assim, é patente a confusão de letras de simetria oposta.

A ortografia é alterada, podendo estar ligada a chamada *CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA* (alterações no processamento auditivo). Nesse caso, elas copiam de forma errada as palavras, mesmo observando na lousa ou no livro como são escritas. Em geral, os professores ficam desesperados: "como podem - pensam e reclamam - ela está vendo a forma correta e escreve exatamente o contrário?". O processamento da informação léxica, que é de ordem cerebral, está invertida ou simplesmente deficiente.

As crianças disléxicas conhecem o texto ou a escrita, mas usam outras palavras, de maneira involuntária. Trocam as palavras quando lêem ou escrevem, por exemplo: "gato" por "casa".

As crianças disléxicas têm ainda dificuldades em: distinguir a esquerda e a direita; fazem confusão de letras ou números **parecidos no som**, por exemplo: /v/ por /p/. É interessante ver um quadro de consoantes que têm as mesmas características de produção ou articulação fonêmica, para se ver as possibilidades de desvios fonéticos dessas crianças.

Há também alteração na seqüência das letras que formam as sílabas e as palavras, Confusão de palavras parecidas ou opostas em seu significado. Os homônimos, isto é, palavras semelhantes (seção, cessão e seção) são dificuldades encontradas nos alunos portadores de dislexia.

Os disléxicos, às vezes, com muito sacrifício, decodificam as palavras, mas nas crianças disléxicas, ocorrem erros na separação das palavras, sofrem com a falta de rapidez ao ler. A leitura é sem modulação e sem ritmo não conseguindo ter uma boa compreensão. Eles têm falhos na construção gramatical, especialmente na elaboração de orações complexas (coordenadas e subordinadas) na hora da redação espontânea.

9. TIPOS DE DISLEXIA

Estudos apontam que há diferentes tipos de dislexia: acústica, visual e motriz.

9.1. Dislexia acústica

Manifesta-se na insuficiência para a diferenciação acústica (sonora ou fonética) dos fonemas e na análise e síntese dos mesmos, ocorrendo omissões, distorções, transposições ou substituições de fonemas. Confundem-se os fonemas por sua semelhança Articulatória. É aqui que o papel do lingüístico, especialista em Fonologia e Fonética, deve ter um papel relevante no trabalho corretivo. Daí, as professoras, especialmente as alfabetizadoras, devem ter uma formação na área de lingüística, estudando todo o mecanismo de funcionamento do sistema fonológico da língua materna.

9.2. Dislexia visual

Ocorre quando há imprecisão de coordenação viso-especial manifestando-se na confusão de letras com semelhança gráfica. Não temos dúvida que o primeiro procedimento dos pais e educadores é levar a criança a um médico oftalmologista.

9.3. Dislexia motriz

Evidencia-se na dificuldade para o movimento ocular. Há uma nítida limitação do campo visual que provoca retrocessos e principalmente intervalos mudos ao ler, portanto é necessário observar se há:

1) alterações de grafia como "a-o", "e-d", "h-n" e "e-d", são alguns exemplos encontrados.

2) caligrafia muito defeituosa, verificando-se irregularidade do desenho das letras, denotando, assim, perda de concentração e de fluidez de raciocínio.

3) crianças disléxicas apresentam confusão com letras com grafia similar, mas com diferente orientação no espaço como "b-d". "d-p", "b-q", "d-b", "d-p", "d-q", "n-u" e "a-e". Ocorre também com os números seis, nove, um sete, três, cinco, etc.

4) dificuldade em realizar cálculos por se atrapalhar com a grafia numérica ou não compreende a situação problema a ser resolvida.

5) confusões com os sinais (+) adição e (x) multiplicação.

6) a dificuldade pode ser ainda para letras que possuem um ponto de articulação comum e cujos sons são acusticamente próximos: "d-t" e "c-q", por exemplo.

Na lista de dificuldades dos disléxicos, para o diagnóstico precoce dos distúrbios de letras, é de suma importância de educadores, e pais para as inversões de sílabas ou palavras como "**sol-los**", "**som-mos**" bem como a adição ou omissão de sons como "casa-casaco", repetição de sílabas, salto de linhas e soletração defeituosa de palavras.

10. ALFABETIZAÇÃO DO DISLÉXICO

O disléxico precisa olhar atentamente, ouvir atentamente, atentar aos movimentos da mão quando escreve e prestar atenção aos movimentos da boca quando fala. Assim sendo, a criança disléxica associará a forma escrita de uma letra tanto com seu som como com os movimentos **FALAR – OUVIR – LER - ESCREVER** são atividades da linguagem. **FALAR E OUVIR** são atividades com fundamentos biológicos.

O método mais adequado tem sido o fonético e montagem de "manuais" de alfabetização apropriada à criança disléxica.

A criança aprende a usar a linguagem falada, mas isto irá depender do meio ambiente compreensivo, estimulador e paciente; do trato vocal; da organização do cérebro e da sensibilidade perceptual para falar os sons.

O sucesso na reeducação de um disléxico está baseado numa terapia multisensorial (aprender pelo uso de todos os sentidos), combinando sempre a visão, a audição e o tato para ajudá-lo a ler e soletrar corretamente as palavras.

10.1. Estratégias que ajudam

As diversas literaturas estudadas para este trabalho, apontam várias estratégias, as quais o professor poderá fazer uso das mesmas para tentar ajudar seu aluno disléxico a superar algumas dificuldades, tornando seu aprendizado mais prazeroso.

É aconselhável o uso freqüente de material concreto, sempre que possível, utilizar relógio digital para ensinar horas, calculadora para cálculos matemáticos, gravador para que ele tenha condições de ouvir em sua casa as aulas ministradas. Confeção do próprio material para alfabetização, como desenhar ou montar uma cartilha.

Utilizar gravuras e fotografias, pois a imagem é essencial para sua aprendizagem. O Material Curisineire / Material Dourado, faz com que o aluno tenha contato com o concreto melhorando seu raciocínio lógico. As folhas quadriculadas são indicadas para os exercícios de matemática. Máscara para leitura de texto e letras com várias texturas também são indicadas.

O professor jamais deve rotular um aluno disléxico como lento ou preguiçoso e nunca compara-lo aos outros alunos da classe. Esse aluno não deve ser forçado a ler em voz alta perante a classe a menos que ele demonstre desejo em fazê-lo. As suas habilidades devem ser julgadas mais em suas respostas orais do que nas escritas.

Sempre que possível, a criança deve ser encorajada a repetir o que foi lido para fazer, isto inclui mensagens. Sua própria voz é de muita ajuda para melhorar a memória.

As revisões são importantes e devem ser freqüentes. Para o disléxico copiar lições do quadro é sempre um problema, portanto, deve-se evitar isso, ou dar-lhe mais tempo para fazê-lo.

Demonstre paciência, compreensão e amizade durante todo o tempo, principalmente quando você estiver ensinando a alunos que possam ser considerados disléxicos.

Ensine-a quando for ler palavras longas, a separá-las com uma linha a lápis.

Ao aluno disléxico, é necessário dar menos dever de casa e avaliar a necessidade e aproveitamento dessa tarefa.

Não risque de vermelho os seus erros nem coloque lembretes tipo: estude! Precisa estudar mais! Precisa melhorar!

Procure não falar suas notas em voz alta para toda classe ouvir, isso o humilha e o faz infeliz.

Não o force a modificar sua escrita, ele sempre acha sua letra horrível e não gosta de vê-la no papel. A modulação da caligrafia é um processo longo.

Procure não reforçar sentimentos que minimizam sua auto-estima.

Dê-lhes um tempo maior para realizar as avaliações escritas. Uma tarefa em que a criança não-disléxica leva 20 minutos para realizar, a disléxica pode levar duas horas.

Use sempre uma linguagem clara e simples nas avaliações orais e principalmente nas escritas. Uma língua estrangeira é muito difícil para eles, faça suas avaliações sempre em termos de trabalhos e pesquisas.

11. ORIENTAÇÃO AOS PAIS

É muito importante que os pais colaborem com a escola ajudando a melhorar a auto estima.

Cabe aos pais, oferecer segurança, carinho, compreensão e elogio aos seus pequenos acertos.

Os pais devem procurar ajuda de um profissional para realizar um diagnóstico correto: fonoaudiólogo, psicólogo, neurologista ou psicopedagogo.

As crianças disléxicas precisam saber que suas dificuldades têm um nome: DISLEXIA.

Nesse momento, os pais podem ajudá-lo a superar essas dificuldades, mostrando que ela (criança) é a principal agente dessa mudança. Devem encorajá-la e encontrar saídas para que ela se sinta bem.

Seus esforços devem ser elogiados, lembrando-se que deverão esforçar-se muito para ter algum sucesso na leitura e na escrita.

Ajude-o nos seus trabalhos escolares, ou, em algumas lições em especial, com paciência (mas não escreva para ele, nem resolva suas tarefas de matemática). Ajude-a a ser organizada, a criança deve ser estimulada a ter *hobbies* e atividades fora da escola, como esportes, por exemplo.

É importante estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a escola;

Escute mais e fale menos; Informe aos professores sobre os progressos feitos em casa em áreas de interesse mútuo;

Estabeleça horário para que possa estudar e realizar as tarefas de casa; sirva de exemplo, mostre seu interesse e entusiasmo pelos estudos;

Desenvolva estratégias de modelação, por exemplo, existe um problema para ser solucionado, pense em voz alta;

Aprenda com ele ao invés de só querer ensinar, observe se ele está recebendo ajuda na escola, porque isso faz muita diferença na habilidade dele de enfrentar suas dificuldades, de prosperar e de crescer normalmente. Jamais permita que os problemas escolares impliquem em mau comportamento ou falta de limites. Uma coisa nada tem a ver com a outra.

12. FUNCIONAMENTO DO CÉREBRO DE UM DISLÉXICO

O cérebro de uma pessoa disléxica é idêntico ao de outra sem o distúrbio. A diferença pode estar relacionada às falhas nas conexões cerebrais. Nestas pessoas as informações são processadas numa área diferente do cérebro.

“A dislexia é um funcionamento inadequado do lobo temporal, responsável pela linguagem lida e escrita” – diz Bianchini.

Numa linguagem mais popular, pode-se dizer que “embaralha” as ligações cerebrais principalmente nas regiões responsáveis por controlar a leitura, a escrita e o poder de soletrar. Com essa área “desorganizada”, a criança começa a demonstrar dificuldades já na pré-escola. Alguns pesquisadores acreditam que, quanto mais cedo for tratada a dislexia, maior a chance de corrigir essas falhas. A

A dislexia não tem cura, mas poderá melhorar em até 80% desde que diagnosticada e tratada de forma adequada.

13. AVALIAÇÃO ESSENCIAL PARA UM TRATAMENTO ADEQUADO

A situação dos disléxicos se torna mais complexa porque muitas pessoas, inclusive professores, desconhecem esse distúrbio. O cuidado na avaliação é

prioridade, uma vez que a existência de uma ou duas características não significa que a criança é disléxica.

Segundo a fonoaudióloga e psicopedagoga Maria Ângela Nico, diretora da ABD, “A combinação de características e a quantidade variam. Em termos de dislexia, a inconstância é a maior constância”.

O diagnóstico só poderá ser feito após a alfabetização, entre a 1ª e 2ª série, algumas vezes a criança pode apresentar alguns sinais que nos leva a crer que seja um caso de dislexia, mas às vezes algumas escolas alfabetizam precocemente, e a criança não acompanha porque ainda não tem maturidade neurológica.

Quando as suspeitas procedem, o primeiro passo é excluir as possibilidades de outros distúrbios. Há problemas de origem neurológica, sensoriais, emocionais ou mesmo dificuldades de aprendizagem por falta de ensino adequado ou de um meio sócio-cultural satisfatório.

13.1. Sinais de alerta

Não é possível avaliar com segurança se o aluno é disléxico antes do 1º ano do Ensino Fundamental. Mas, ele deve ser observado com muita atenção para um possível futuro diagnóstico, caso apresente alguns dos sintomas a seguir: imaturidade no trato com outras crianças; atraso no desenvolvimento visual, da fala e da linguagem; dificuldade em aprender rimas e canções; fraco desenvolvimento da coordenação motora; dificuldade em montar quebra-cabeças ou ainda quando demonstra falta de interesse por livros.

13.2. A partir do 1º ano

Se a criança apresenta alguns dos problemas relacionados abaixo, é necessário avaliá-la em conjunto com outros professores e coordenador pedagógico e, se necessário, recomendar aos pais o encaminhamento a um especialista: dificuldades visuais e de coordenação motora; pobreza no conhecimento de rimas e de vocabulário; pobreza no conhecimento de rimas e de vocabulário; dificuldade na leitura e na escrita e na cópia do livro ou do quadro-negro; dificuldade em manusear mapas e dicionários; dificuldade em manusear mapas e dicionários; confusão entre

direita e esquerda; dificuldade em matemática, desenho geométrico e em decorar seqüências; desatenção, dispersão, desorganização geral e atrasos na entrega de tarefas ou problemas de conduta – retração, timidez excessiva e depressão.

13.3. Cada criança requer uma estratégia diferente

Os professores que conseguem suspeitar dos sintomas e sugerir um encaminhamento clínico para a criança precisam ir além. O problema pede que eles se dediquem muito ao aluno em sala de aula ao longo do tratamento, que envolve em partes iguais a escola, a família e profissionais de saúde.

Alunos comprovadamente disléxicos não conseguem decorar coisas nem ler textos longos. Mas muitas vezes eles têm inteligência acima da média, apesar de aparentar o contrário. Os professores descobrem isso assim que começam a olhar para eles com mais atenção.

Segundo a psicóloga Maria Mônica Bianchini, diretora da ABD, “não podemos ter preconceito. O aluno tem que saber que é disléxico para podermos utilizar os instrumentos necessários para ajuda-lo”.

Cabe ao professor recorrer a diversas atividades e técnicas de ensino e descobrir qual delas melhor se adapta a cada aluno e a cada situação.

A tecnologia também ajuda muito. É possível utilizar programas oferecidos no mercado para montar uma metodologia de apoio ao aprendizado. O disléxico é uma pessoa que tem dificuldades no processamento das informações. E o computador é um processador, um facilitador entre a criança e a linguagem.

13.4. Auto-estima elevada ajuda no tratamento

Pouco adianta utilizar diferentes recursos pedagógicos se o aluno está com a auto-estima abalada. Muitas vezes ele já passou por vários traumas quando o diagnóstico finalmente é feito.

A primeira tarefa do professor é resgatar a autoconfiança do aluno. O segredo está em descobrir as habilidades dele para que possa acreditar em si mesmo ao se destacar em outras áreas, como as artes e os esportes.

Não é fácil encontrar a medida certa no trato com o dislético. O professor deve ajudar, mas não superproteger. O ideal é trabalhar a autonomia da criança para que ela não comece a achar que é dependente em tudo.

O professor pode ler a pergunta em voz alta e certificar-se de que a proposta foi entendida. Mas não pode interferir no raciocínio dela dizendo o que é para fazer.

Quando o professor consegue acolher esse aluno e respeitá-lo em suas diferenças, sem cair na armadilha do sentimento de pena, proporciona a ele um grande benefício, oferece a toda a classe uma rica experiência de convivência com a diversidade.

13.5. Diagnóstico preciso

Especialistas alertam que um diagnóstico preciso depende de uma boa avaliação multidisciplinar - realizada por uma equipe formada por psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo, neurologista, oftalmologista e otorrinolaringologista. E de exclusão – isto é, eliminação das causas ligadas a problemas neurológicos e psicológicos como déficit intelectual, deficiências auditivas e visuais ou lesões cerebrais. A escola, além dos pais, exerce um papel importante no reconhecimento do problema, pois é na fase de alfabetização que mais se manifestam os sinais do distúrbio.

Diagnóstico e tratamento precoces podem transformar um dislético num profissional brilhante na fase adulta. Afinal, a dislexia é uma dificuldade que pode ser vencida com tratamento.

É um problema crônico, mas se houver atendimento adequado, a criança não terá seu desenvolvimento prejudicado e poderá se tornar um profissional de sucesso, tendo como exemplo: Tom Cruise, Leonardo da Vinci, Walt Disney, Agatha Christie, entre outros famosos que também eram disléticos e conseguiram vencer essa barreira.

Segundo a psicóloga Maria Mônica Bianchini, da Associação Brasileira de Dislexia (ABD), “as dificuldades impostas pela pressão e a falta de oportunidade na fase adulta afetam a empregabilidade e os relacionamentos em geral”.

Estimular a capacidade do cérebro de relacionar as letras aos sons que as representam e, posteriormente, ao significado das palavras que elas formam, são algumas das terapias utilizadas.

Normalmente, a avaliação é indicada a partir dos sete anos de idade. Mas é muito comum, no caso de histórico familiar, iniciar o acompanhamento numa fase anterior. Neste período, o cérebro vai sofrer um treinamento para se adaptar.

Apesar de não existir uma divisão instituída cientificamente de graus de comprometimento, a dislexia pode ser definida como leve, média ou severa. A leve se reflete principalmente na dificuldade de interpretação durante a leitura. Já a média pode ser observada principalmente na fase dos dez aos doze anos de idade em que a criança troca as letras e omite sílabas na escrita. E a severa, quando após dois anos de alfabetização, a criança não escreve e nem lê.

13.6. QI acima da média

Crianças disléxicas que recebem tratamento desde cedo superam o distúrbio e se igualam àquelas que nunca tiveram problemas de aprendizagem.

O tratamento pode demorar até três anos, porque diferente da fala, que a criança aprende pela convivência com os outros, a leitura precisa ser ensinada. Com o uso de métodos adequados, atenção e carinho (para a criança se sentir querida e valorizada), a dislexia pode ser vencida. De acordo com a ABD, numa amostragem com 230 disléxicos severos, de sete a dezenove anos, atendidos pela entidade em 2006, mostra que todos têm nível de Coeficiente de Inteligência (QI) acima da média; apresentam dificuldade na memória verbal e de curtos e longos prazos, assim como nas provas de leitura, escrita, ditado e cópia e na decodificação de letra e som, na organização e processamento visual; apresentam disgrafia (conhecida por letra feia) e disnomia (dificuldade de nomear objetos); 85% sofrem de algum tipo de alergia; 70% têm o fator de hereditariedade presente e 40% é hiperativo E o que vem a ser esse distúrbio tão polêmico?

13.7. Como facilitar o dia-a-dia do dislético

São várias as alternativas disponíveis para que o aluno com dislexia possa acompanhar a turma e demonstrar o que aprendeu sem estresse, como exemplos podemos citar: variar a maneira de apresentação da matéria; expor, no início do ano, qual a matéria a ser dada e os métodos de avaliação que serão utilizados; iniciar cada novo conteúdo com um esquema mostrando o que será apresentado no período e no final, resumir os pontos-chave; usar vários recursos de apoio para apresentar a lição à classe, além do quadro-negro: projetor de slides, retro projetor, vídeos e outros recursos multimídia; introduzir vocabulário novo ou técnico de forma contextualizada; evitar dar instruções orais e escritas ao mesmo tempo; avisar com antecedência quando houver trabalhos que envolvam leitura para que o aluno encontre outras formas de realizá-lo, como gravar o livro, por exemplo; propor trabalhos em grupo e atividades fora da sala de aula, como dramatizações, entrevistas e pesquisas de campo sempre que possível; fazer revisões com tempo disponível para responder às possíveis dúvidas; autorizar o uso de tabuadas, calculadoras simples, rascunhos e dicionários durante as atividades e avaliações; aumentar o limite de tempo para atividades escritas; Ler enunciados em voz alta e verificar se todos entenderam o que está sendo pedido; devido ao seu problema de memória de curto prazo as informações novas devem ser repetidas mais de uma vez; Dar mais tempo para organizar seus pensamentos, terminar suas tarefas. Sendo que, o melhor seria se não tivesse tempo determinado, assim ficaria menos ansioso.

14. AVALIAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA PARA ALUNOS DISLÉTICOS

Estes alunos têm efetivamente necessidades educativas específicas e se não são em devido tempo identificado e não se beneficiam de intervenção diferenciada, a falha é da própria escola porque não possui meios para fazê-lo. No sistema, os que resistem, tornam-se uns “sobreviventes”: sendo muitas vezes indevidamente interpretados, incompreendidos, não apoiados, desmerecidos, às vezes “negativamente marcados” pelos contextos educativos, julgados de atrasados, “machucados” na sua auto-imagem. No entanto são cidadãos de pleno direito. A

escola deve-lhe o “cuidado” com a sua diferença (compreender/saber avaliar e intervir para diminuir a sua dificuldade, descobrir/acolher a sua criatividade, respeitá-lo).

Hoje se espera da escola muito mais do que antes, mas as formas de se avaliar o aluno ainda permanecem geralmente as mesmas.

O professor sendo o responsável pela aprendizagem e avaliação escolar de seus alunos, deve ter sempre seu olhar diferenciado para os alunos portadores de Dislexia, seja ela leve, moderada ou severa.

A avaliação é algo que deve ser bem planejada, pois uma criança disléxica geralmente responde melhor às questões orais.

Valorizar o que foi aprendido qualitativamente é sempre melhor do que o que foi aprendido quantitativamente. A criança necessita de ajuda para relacionar conceitos novos com conceitos anteriores.

É essencial, dar ao aluno disléxico, oportunidades de se destacar entre seus colegas naquilo que ele desempenha melhor, bem como incentivar seu progresso com elogios e observações positivas.

Com essas medidas todos ganham: escola; professor e aluno.

É preciso que os professores reflitam a respeito da avaliação escolar, discutindo seus objetivos e procurando práticas menos traumáticas. Muitas crianças portadoras de dislexia estão nas salas de aula sem o devido diagnóstico, tratadas como distraídas ou outros adjetivos muitas vezes pejorativos, não recebendo a atenção necessária e o reconhecimento de seus talentos, ignorando-se que a dislexia não afeta o potencial da inteligência e que o disléxico é uma pessoa muito criativa e capaz, possuindo alto desempenho em vários aspectos de sua vida.

A memória é parte da história de cada sujeito e integra sua singularidade. Lembranças sobre a vida escolar deveriam ser revestidas de alegria, prazer e até um pouco de nostalgia. No caso de portadores de dislexia, são geralmente recalçadas devido ao sofrimento que os acompanha.

Para nós que convivemos com a realidade escolar por força de nossas funções sociais ou profissionais, é urgente colaborar para que as informações a respeito da dislexia, cheguem aos professores e familiares, com simplicidade e sem preconceitos. Quem sabe poderemos contribuir para que as pessoas disléxicas possam ter melhores lembranças.

É hora de rever os papéis de todos na educação brasileira.

Mais do que avaliar provas e dar notas, é preciso ouvir os apelos silenciosos que ecoam na alma do educando. É preciso saber interpretar gestos e olhares do “Ser Humano que aprende Diferente”.

15. APRESENTAÇÃO DE UM CASO CLÍNICO

A aluna C, nasceu de parto normal, com peso e altura adequados diante do seu período gestacional, porém ela apresentava dificuldades escolares, lentidão na elaboração e cópia das tarefas dadas em classe, desatenção na leitura, sendo a mesma feita de forma silabada, sem compreensão do texto, não tinha concentração e memorização. Fazia muitas trocas de sílaba na escrita, apresentava sérias dificuldades em se concentrar nas atividades, tendo como resultado uma baixa auto estima. Essa aluna foi encaminhada para uma conceituada Associação, para que fosse realizada uma avaliação.

Ela passou por vários testes envolvendo nível mental, personalidade, testes projetivos de memória, de percepção e avaliação da discriminação entre outros.

Na comunicação oral ela conseguia transmitir seus pensamentos, na produção de um texto a partir de figuras que organizou com seqüência lógica foi realizado não obedecendo às regras morfossintáticas, com estrutura frasal, vocabulário pobre e algumas disnomias. Não reconheceu rimas, fez análise e síntese de palavras com dificuldade, inclusive em juntar fonemas.

Na comunicação escrita, seu traçado caligráfico apresentava disgrafia (trêmulo e irregular), fazendo cópias com muita lentidão, ditado de texto realizado com muitas trocas visuais, auditivas, inversões e omissões de grafemas. A escrita e a leitura espontânea foram realizadas com estrutura frasal empobrecida, de maneira lenta, com hesitação e sem pontuação, não havendo compreensão do texto.

Após análise de todos os dados obtidos, e após apreciação dos exames complementares, a aluna C, foi diagnosticada como portadora de Dislexia de grau severo (compreensão, leitura e escrita) mista (visual e auditiva), sendo recomendado um tratamento com um fonoaudiólogo ou psicopedagogo habilitado para trabalhar com alunos disléxicos.

Essa aluna mesmo sendo portadora de Dislexia, foi retida no 6º ano sendo em seguida transferida para o colégio onde leciono. Posso afirmar que após muitos anos de magistério, fiquei sem saber como proceder e senti necessidade em recorrer a livros e simpósios sobre Dislexia. Essa obrigação em tentar entender um pouco sobre Dislexia e como trabalhar com a aluna C, incentivou-me a cursar a Pós Graduação em Distúrbios da Aprendizagem. O curso ajudou-me a entender como funciona a mente dos disléxicos, deu-me orientações de como avaliar e trabalhar

com os mesmos e assim pude fazer um trabalho mais direcionado à aluna. Hoje ela está no 8º ano, é acompanhada por uma psicopedagoga, continua com algumas dificuldades, porém não tem mais receio em escrever textos, gosta de fazer leituras (mesmo apresentando alguns erros). Sua auto estima está mais elevada, mantendo um bom relacionamento com a classe.

Se essa aluna tivesse sido diagnosticada ainda no ensino fundamental I, seu rendimento escolar teria sido mais satisfatório, pois o número de alunos por sala de aula é bem menor e assim o professor tem mais tempo para dedicar-se aos alunos.

16. CONCLUSÃO

“O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la. Mas... fica o convite a todos nós. É uma meta a ser trabalhada, que, com o tempo, se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo.” (LUCKESI, 2003, p. 180)

A escola é como um espelho, para a vida prática; nos cursos de licenciatura, formaremos professores, que seguirão seus mestres e como espelhos cometerão os mesmos acertos e os mesmos erros que eles, isto se torna um círculo vicioso onde os mesmos erros vêm sendo cometidos ao longo de décadas, por isso a reflexão sobre a prática avaliativa do docente tem que ser um ato concreto.

A formulação das idéias precedentes, qualquer das formas alternativas de avaliar a aprendizagem dos alunos que seja utilizada está a serviço, prioritariamente, de quem aprende. Em nenhum caso, nos leva a pensar que isso significa que basta baixar os níveis de exigência para garantir êxitos desvalorizados. Mais que rebaixar exigências de quem aprende, trata-se de avaliar a qualidade humana e intelectual de

quem ensina, assegurando em cada caso a qualidade da aprendizagem que é construída.

Um educador, que se preocupa com que a sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconsciente e irrefletidamente. Cada passo de sua ação deverá estar marcado por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está encaminhando os resultados de sua ação.

17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALLIENDE, Felipe; CONDEMARÍN, Mabel. *Leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento*. Tradução de José Cláudio de Almeida Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ALVES, Rubens. *A Avaliação no currículo*, 1995. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Núcleo Curricular Básico: *Revista Multieducação* v. 4. Rio de Janeiro, RJ, 1996.

CONDEMARÍN, Mabel; BLOMQUIST, Marlys. *Dislexia: manual de leitura corretiva*. 3. ed. Tradução de Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ELLIS, Andrew W. *Leitura, escrita e dislexia: uma análise cognitiva*. 2. ed. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ENGUITA, M.F. *A Face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1989. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). O planejamento estratégico do Rio de Janeiro.

GARCÍA, Jesus Nicasio. *Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática*. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1991.

HAYDT, Regina Cazaux. *Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

HOFFMANN, Jussara M. L. *Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

IANHEZ, Maria e NICO, Maria Ângela. Nem sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares. SP: Alegro, 2002.

LAURITI, Nádía C. A comunicação na avaliação de desempenho docente no ensino. São Paulo: ECCOS revista Científica – Centro Universitário Nove de Julho v. 4 n.1, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Para trabalhar a interdisciplinaridade, 1984. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Núcleo Curricular Básico: Revista Multieducação v. 4. Rio de Janeiro, RJ, 1996.

----- Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. 1997, 1998. São Paulo: ECCOS revista Científica – Centro Universitário Nove de Julho. v.4, n.2, 2002

NOVA ESCOLA, Revista editora Abril, ed. fevereiro/2008.

MASSI, Giselle A Dislexia em Questão – editora Plexus (grupo Summus) - 2007.

MÉNDEZ, Juan Manuel Alvarez. Avaliar para conhecer, examinar para excluir; trad. Magda Schwartzaupt Chaves: Porto Alegre: Artmed, 2002

PERRENOUD, Philippe – Avaliação. Da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas; trad. Patrícia Chittoni Ramos – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 26. ed. Campinas SP: Autores Associados, 1992

VAN HOUT, Anne; SESTIENNE, Françoise. Dislexias: descrição, avaliação, explicação e tratamento. 2. ed. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

Associação Brasileira de Dislexia – site <http://www.dislexia.org.br>

Associação Nacional de Dislexia – site <http://andislexia.com.br>